

# Sarney: Presidente tem instrumento para reagir

14 MAI 1979

CORREIO BRAZILIENSE

"Toda transição é difícil. O instrumental legal que existe permitirá ao Presidente da República, como ele próprio afirmou, sempre dentro da lei, conjurar essas dificuldades, uma vez que a democracia importa em direitos e deveres, além da submissão de todos nós aos postulados da lei" - afirmou ontem, em seu gabinete, o presidente nacional da Arena, senador José Sarney, referindo-se à situação política e social de São Paulo.

Esclareceu, ainda, que a posição do partido diante dos problemas que estão sendo gerados por greves ficou expressamente assinalada pelo pronunciamento que o líder do Governo no Senado, Jarbas Passarinho, fez ontem e que foi por todos assistido, inclusive pela direção da agremiação situacionista. E acentuou: "Evidentemente, a situação não é das mais cómodas".

## RESPONSABILIDADES

O senador José Sarney observou, contudo, que "a nossa responsabilidade de homem público exige que acompanhem os acontecimentos paulistas para que as dificuldades sejam ultrapassadas".

Indagado sobre as referências feitas pelo senador Jarbas Passarinho à manobra da extrema direita no sentido de promover desordens para não permitir o clima necessário e indispensável ao processo de abertura política, o dirigente arenista enfatizou: "O senador falou em tese do que pode acontecer, porque existem radicais extremistas de esquerda e de direita interessados em sabotar o processo de abertura política".

Já com referência ao consenso obtido entre os senadores e deputados da Arena com vistas ao adiamento das eleições municipais do próximo ano, promovendo-as somente em 1982, o presidente do partido asseverou que "não há nenhuma decisão tomada, mas na próxima semana teremos um quadro definido sobre o assunto".

José Sarney não quis comentar a possibilidade de o General Sylvio Frota comparecer à CPI que se pretende constituir na Câmara para apurar a

existência do Relatório Saralva, limitando-se a dizer que "é um assunto restrito da Câmara e, por isso mesmo, não tem motivos para ser discutido em nível de direção partidária".

Admitiu, todavia, a possibilidade de as convenções partidárias serem adiadas, mostrando que o projeto do senador Mendes Canale (Arena-MS), que dispõe sobre a prorrogação dos mandatos partidários por seis meses, não tem respaldo do partido e é uma ação política isolada. "Esse projeto não teve consulta prévia do partido".

## OPOSIÇÃO ADVERTE

Ao referir-se, ontem, às manifestações grevistas verificadas em São Paulo e Brasília, que seriam decorrentes de "uma situação de desespero e inconformidade em que se encontram as famílias brasileiras e os assalariados em geral", o senador Franco Montoro reiterou a posição de seu partido diante das medidas que vêm sendo adotadas pelo Governo.

"A Oposição adverte o governo: não é esse o caminho para a solução dos problemas que afligem a família brasileira. Não se trata de uma questão de polícia, não se trata de uma questão que possa ser resolvida pela força, é uma questão de justiça que deve ser resolvida por entendimento e por soluções de justiça", disse o representante emedebista.

Essa colocação foi repetida algumas vezes durante seu pronunciamento no plenário, ressaltando que o atual quadro nacional teria sido evitado se o Governo cumprisse a legislação salarial, ao invés de "optar pelo achatamento dos vencimentos devidos aos trabalhadores".

Para o senador paulista, nas atitudes do Governo prevalece uma linha de ameaça, "que procura resolver o problema não da linha do entendimento, mas na linha da violência e das medidas radicais". Do ponto de vista da solução do problema, Montoro não vê nenhum resultado que possa ser atribuído à intervenção nos sindicatos.